

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.013.035 SANTA CATARINA**

**RELATOR** : **MIN. ROBERTO BARROSO**  
**RECTE.(S)** : **UNIÃO**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**  
**RECDO.(A/S)** : **COMPANHIA AGUAS DE JOINVILLE**  
**ADV.(A/S)** : **GABRIEL CHAIBEN CAVICHIOLO**

**DECISÃO:**

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão assim ementado:

“IMUNIDADE RECÍPROCA. ARTIGO 150, VI, 'A', DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO.

Impõe-se o reconhecimento da imunidade recíproca do artigo 150, VI, 'a', em benefício de sociedade de economia mista prestadora de serviço público.

INDÉBITO TRIBUTÁRIO. ATUALIZAÇÃO. TAXA SELIC.

É aplicável ao indébito tributário atualização apenas pela taxa SELIC.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO.

Cabe reduzir os honorários advocatícios quando excessivos, considerada preponderantemente a singeleza da demanda”

Ante decisão da presidência desta Corte (evento 16 do processo eletrônico), tendo sido proferida decisão de reconsideração, restou prejudicado o agravo regimental interposto, razão pela qual passo ao exame do recurso extraordinário.

O recurso busca fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal. A parte recorrente alega violação aos arts. 5º, LIV, LV; 21; 23; 93, IX; 150, VI, *a*, c/c o §§2º e 3º, e 173, § 2º, todos da Carta. Sustenta que: (i) a imunidade tributária recíproca não se aplica à recorrida, sociedade de economia mista; (ii) o serviço pela Companhia Águas de Joinville é remunerado o serviço por meio de tarifas cobradas de seus beneficiários,

**RE 1013035 / SC**

razão pela qual não faz jus à imunidade; (iii) o presente caso não trata de hipótese idêntica àquela do RE 580.264 e que a parte autora é sociedade de economia mista que atua mediante recebimento de tarifa.

A pretensão recursal não merece prosperar, tendo em vista que o Tribunal de origem, com apoio no acervo probatório dos autos, concluiu que a recorrida faz jus à imunidade, e para firmar entendimento diverso, seria imprescindível o reexame do acervo probatório dos autos. A hipótese atrai a incidência da Súmula 279/STF. Confirmam-se:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. ART. 150, VI, A, DA CF. PATRIMÔNIO, RENDA OU SERVIÇOS. ATIVIDADES IMANENTES AO ESTADO. EXECUÇÃO POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA OU EMPRESAS PÚBLICAS. COBRANÇA DE TARIFAS COMO CONTRAPRESTAÇÃO. ABRANGÊNCIA. ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES INDICADAS NO RE 253.472/SP. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL E DE PROVAS. EVENTUAL OFENSA SERIA INDIRETA. SÚMULA 279 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I – Esta Corte já fixou entendimento no sentido de que a imunidade prevista no art. 150, VI, a, da Constituição se aplica ao patrimônio, renda ou serviços inerentes ao desempenho de atividades imanentes ao Estado, ainda que sejam executadas por sociedades de economia mista ou empresas públicas e independentemente da cobrança por elas de tarifas como contraprestação.

II – Para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido, quanto ao preenchimento das condições indicadas no julgamento do RE 253.472/SP e quanto à titularidade do bem abarcado pela imunidade, faz-se necessário o exame do conjunto fático-probatório dos autos, bem como a análise de normas infraconstitucionais, o que inviabiliza o extraordinário com base na Súmula 279 do STF ou porque a afronta à Constituição, se ocorrente, seria indireta.

III – Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE

RE 1013035 / SC

816120 AgR / RJ, Rel. Min. Ricardo Lewandowski)

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. IMUNIDADE RECÍPROCA. IPTU. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. PRETENSÃO CUJO ACOLHIMENTO DEMANDARIA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 279/STF. PRECEDENTES.

1. O Supremo reconheceu a possibilidade de extensão da imunidade recíproca sobre a renda, os bens e o patrimônio de sociedade de economia mista que desempenha serviço de interesse público em caráter exclusivo.

2. A instância ordinária apontou preenchimento dos requisitos necessários para a incidência da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal . O acolhimento da pretensão demandaria um novo exame do acervo fático-probatório. Incide, no caso, a Súmula 279/STF.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 861545 AgR, de minha relatoria)

Ademais, ainda que superado o óbice processual, no mérito a recorrente não teria melhor sorte, uma vez que esta Corte fixou entendimento de que a imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Carta, estende-se às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos em caráter exclusivo. A cobrança de tarifa, isoladamente considerada, não descaracteriza a regra imunizante.

Diante do exposto, com base no art. 21, §1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 30 de agosto de 2017.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator